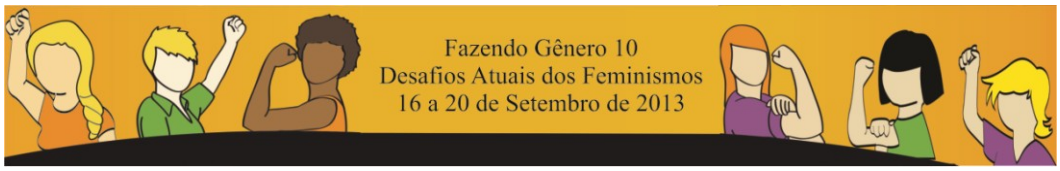


NÃO-VIDÊNCIA E TRANSEXUALIDADE: QUESTÕES TRANSVERSAIS

Felipe Moreira[1]

Resumo: Através das reflexões sobre o corpo não-vidente e suas vivências no mundo, discuto algumas questões de gênero e transsexualidades aplicadas à noção de identificações e potencialidades visuais. Tendo o gênero uma construção performática também visual, como as pessoas cegas operam sua percepção e o que isto pode nos dizer sobre os binarismos e combinações de gênero?
Palavras-chave: não-vidência; gênero; transexualidade.

Este ensaio é resultado de uma inquietação decorrida em minha pesquisa de mestrado. Tendo indo a campo buscando entender a construção e manutenção de gênero em pessoas cegas na cidade de Belo Horizonte, me deparei com a impossibilidade de realizar este trabalho no período que me é permitido dentro do prazo do programa. Percebi que as questões e discursos que me foram apresentados pelos sujeitos demandaria tempo demais e, portanto, busco aqui ensejar questões e discutir pontos que, espero, possam auxiliar às demais pessoas estudando questões similares. Busco conjugar os estudos que tenho feito sobre a corporalidade e conhecimento não-vidente – suas potencialidades e formas de perceber e interagir com o mundo – à questões de gênero e transexualidade. Objetivo, com isto, discutir a dimensão visual do gênero (técnicas corporais percebidas, artefatos e sua agência, expectativas sócio-corporais, etc.) e como a não-vidência pode nos ajudar a entender sua dimensão essencialista (e, por quê não, ajudar a desconstruí-la) e refletir sobre a transexualidade enquanto mais uma das inúmeras dimensões das construções de gênero.

Corpo e conhecimento

O corpo, apesar de ser um dado trabalhado e mantido (nem sempre tão consciente), social e individualmente como uma preocupação (Brumana, 1983), suas potencialidades e ações estão, em nossa sociedade contemporânea, tolhidas por um projeto unificador de corporalidade baseada em um cartesianismo ainda remanescente. A resistência à medicina alternativa, o investimento maciço na alopatia, o desprezo por conhecimentos tradicionais e o crescente investimento social e econômico em biotecnologia são exemplos de como o corpo ainda é pensado como secundário à mente/cultura. Pensado sob um viés essencialista (como na sexualidade, onde se "nasce" homem ou mulher), trabalhado como *tabula rasa* (o corpo é a matéria prima da cultura) ou mesmo sob o estigma abilitista (um corpo que nasce funcional e devido a alguma razão, se vê privado de suas

[1] Mestrando em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

potencialidades devido a algum "infortúnio"), o corpo ainda não é visto por nós como produtor, mas como produto ou decodificador de um conhecimento externo a si:

> "[...] corpo que tem a desvantagem, mesmo se é considerado como uma máquina, de não ser suficientemente confiável e rigoroso em sua percepção dos dados do ambiente. O racional não é uma categoria do corpo, mas é uma das categorias possíveis do espírito. Para os filósofos mecanicistas, de resto, aí reside sua qualidade mais eminente." (LE BRETON, 2011b, p. 106)

Não só o corpo é compreendido como executor de uma racionalidade alienígena a si, mas se pensa nesta racionalidade como executável/executada através de sentidos muito específicos. Assim, o corpo, já fragmentado em suas faculdades mentais (pois apesar de alojar os instrumentos de percepção dos fenômenos, é também seu prisioneiro) se encontra separado de suas propriedades físicas já que estas categorias do espírito que fala Le Breton não são acessadas ou executadas em/por qualquer ponto do corpo. O corpo tem sua racionalidade negada e suas potencialidades se resumem à visualidade:

> "Simultaneamente à descoberta de si como indivíduo, o homem descobre seu rosto, sinal de sua singularidade, e seu corpo, objeto de uma posse. O nascimento do individualismo ocidental coincidiu com a promoção do rosto." (LE BRETON, 2011, p. 29).

Estabelece-se assim uma hierarquia onde um sentido, em detrimento do outro, define os parâmetros de relação com o mundo sensível. Esta relação é uma justaposição entre as noções mecanicistas-racionalistas de corpo, a visualidade como acesso ao mundo e a noção de estigma e corpo funcional da visão abilitista. Antes de discutirmos o processo de conhecimento negado ao corpo estigmatizado (neste caso, um corpo não-vidente), será interessante pensarmos como estes pressupostos videntes de acesso ao mundo configura as questões de gênero.

A dimensão visual do gênero

Para Oliveira (1998:7), as impressões sensíveis do mundo derivam, em sua maioria, dos olhos. Habitamos um mundo predominantemente visual. Não só o acesso, mas a manutenção dos fenômenos se dá de forma visual, afinal, para reproduzirmos padrões, precisamos de acesso á estes e isto acontece de forma basicamente visual, tanto pelo estímulo à visão quanto pelos constrangimentos sociais e falta de incentivo aos demais sentidos e formas de conhecimento. Breton fala sobre uma "verticalização dos sentidos" (Le Breton, 2011:189) que foi pensada como necessária à humanidade para se distinguir do mundo animal não-humano e que vai da visão ao odor, hierarquicamente. O "olhar de cima abaixo", como no ditado popular, é um ato de pré-estabelecimento de marcadores. O que busco conjugar aqui é justamente o fato de que este é um olhar generificado e generificante, pois a "sexualização" dos comportamentos está presente na

epistemologia vidente de reconhecimento do mundo. Se, como diz Butler (2006:155), a categoria "sexo" é uma arbitrariedade unitária e discursiva em cima de atributos não interligados que treinam a percepção das interrelações entre os corpos e, se para Le Breton (2011) e Oliveira (1998) a visão tem um status hierárquico privilegiado na percepção e construção de mundo, a percepção destes corpos está também condicionada pela visualidade e tudo que ela implica. Não nego que os demais sentidos possam influenciar as percepções de gênero das pessoas já que o olfato, tato e demais sentidos podem condicionar visões discriminatórias e cissexista ("cheiro de homem", "pele macia como de mulher", etc), mas na perspectiva que divido aqui com autores que trabalham a questão do corpo, até estes demais sentidos atuam em cima da visão já que a ela respondem como afirmação do que os demais sentidos percebem através do condicionamento visual sócio-histórico.

Para Lauretis (1989), o gênero é uma classificação social, algo que define sujeitos dentro de uma classe, condiciona sua posição e, portanto, gera uma relação com outras classes pré-constituídas como o próprio gênero. Este condicionamento é multifacetado e se conjuga com diversas percepções (em geral essencialistas) do que é um gênero adequado ao tipo específico de corpo que dele irá derivar. Este tipo de "visão" (palavra que não coincidentemente remete à epistemologia vidente já que a "visão" de algo é um condicionamento em si, também gerado pela dimensão imagética das coisas) é a que o corpo pré-configura o gênero. Esta naturalização sexualizada do gênero, em sua dimensão visual, se mantém pela associação comportamental de gestos, maneirismos, formas de andar, adornos, expressões faciais, controles externos de emoções:

> "… acts and gestures, articulated and enacted desires create the illusion of an interior and organizing gender core, an illusion discursively maintained for the purposes of the regulation of sexuality within the obligatory frame of reproductive heterosexuality." (Butler, 2006: 185-186)

Esta corporalização não é algo contingente, mas sim uma economia de comportamento que busca dar legitimidade à visão naturalista do gênero. Para Mauss (2003), o adestramento corporal age como uma forma de educar um corpo, uma "montagem", encaixar o que se julga necessário socialmente (e variável culturalmente) à uma noção social do que seria um corpo 'x' ou 'y'. Não só estas configurações corpórea-comportamentais, mas também o que Foucault (1990) chamava de "tecnologias de si", como por exemplo os sistemas de significações atribuído não só à fenômenos mas objetos (que são também generificados já que vivemos em uma sociedade que divide departamentalmente o que é de "homem" e de "mulher", e os que ousam desrespeitar tal arbitrariedade sofrem sanções sociais). Desde os gestos, passando pelo uso técnico do corpo até os objetos e adornos ostentados socialmente, crivamos noções de gênero que nos categorizam. A biologia/anatomia dão o tom que deve ser seguido e reforçado durante nossa vida e isto incorre na

binarização dos comportamentos de gênero, não só criando restrições e sanções aos que misturam as categorias, mas também aos que desejam renegar o destino "biológico" e transitar de um polo ao outro, fazendo suas "paradas" entre os polos (discursivos) ou não. A dimensão visual destes condicionamentos discutidos é preponderante e, apesar de não discutir especificamente o gênero, Le Breton (2011:78) exalta a importância que o olhar tem em nossa sociedade já que a aparência é algo valorizado e serve para fixar sujeitos e definir espaços:

> "A ação da aparência coloca o ator sob o olhar apreciativo do outro e, principalmente, na tabela do preconceito que o fixa de antemão numa categoria social ou moral conforme o aspecto ou o detalhe da vestimenta, conforme também a forma do corpo ou do rosto. Os estereótipos se fixam com predileção sobre as aparências físicas e as transformam naturalmente em estigmas, em marcas fatais de imperfeição moral ou de pertencimento de raça."

Busquei conjugar as noções de visualidade e percepção visual de mundo com a dimensão do gênero. Se bem sucedido, deixei claro o quanto acredito que a sobrevalorização da visão enquanto ferramenta de apreensão do mundo e dos fenômenos influencia também em nossa percepção do que é um corpo generificado, o que, por sua vez, também gera uma sobrevalorização dos papéis atribuídos aos corpos. O fato de "vermos" estes corpos através de signos generificantes, de gestos que demarcam a qual sexo/gênero eles pertencem e, neste processo, legitimando isto, é uma forma de fixarmos as categorias não só de gênero mas também de vidência já que o valor atribuído à visão é quase incontestável.

Abilitismo, estigma e conhecimento

A pressuposição de que os fenômenos precisam do aparato visual para serem apreendidos integralmente é uma noção abilitista que conjuga o estigma para se legitimar. Há uma pressuposição de que o corpo humano é um conjunto unificado de partes que se articulam em funcionalidade para transitar no mundo e retirar deste as impressões e construções que suas potencialidades lhe permitirem. Ao corpo que não se encaixa nesta noção é creditado o termo "deficiente". A deficiência exalta uma dupla reação da sociedade "funcional", pois ao mesmo tempo em que é pensada através da falta e encaixada em um estigma, causa desconforto às pessoas supostamente não-deficientes. Este desconforto, se não acalentado rapidamente através dos pressupostos abilitistas, pode causar fissuras no tecido social que se pretende coeso:

> "Há em nós uma tendência para rejeitar as indicações discordantes. Se as aceitamos, elas obrigam-nos a modificar a estrutura das nossas pressuposições. Nomeando-as, modificamos a nossa maneira de percebê-las no futuro, pois, se as nomeamos, arrumamo-las mais rapidamente nos seus compartimentos." (Douglas, 1991, p. 31).

O corpo visto como não hábil e incompleto (por nascimento ou decorrência de algum acontecimento) é o lugar da falta e não da reconfiguração perceptual de um corpo diferente dos demais, com diferentes possibilidades de transitar e compreender o mundo. O estigma age de forma a colocar "as pessoas em seus devidos lugares", lugares pré-definidos. A pessoa tida como "deficiente" é estigmatizada frente à noção de que certas ações são impossíveis a ela.Mas o que os estudos sobre a deficiência (disability studies) tem postulado (a partir de 1976, segundo Diniz, 2012) é que não é a experiências das pessoas e suas configurações corporais que define a deficiência e sim o ambiente hostil e não preparado para interagir com a diversidade física.

Isto significa que se passa a olhar para o ambiente e não mais para as pessoas ao buscar entender a experiência corporal e social. As diversidades físicas estão dotadas de potencialidades específicas ao seu contexto, não só anatômico, mas também condicional. Dependendo de nosso contexto e história (e marcadores como gênero, classe, raça, etc), aprendemos a usar o corpo de formas específicas: "A aquisição das técnicas do corpo pelos atores depende de uma educação quase sempre muito formalizada, intencionalmente produzida pelo entorno da criança (ou do adulto que procura fazer um outro uso das coisas do mundo)." (Le Breton, 2011, p. 43). Portanto, no caso que trataremos aqui, o do corpo não-vidente, há esta reorganização (no caso de algum acontecimento que privou uma pessoa de sua visão ocular) ou aprendizado diferenciado (para pessoas cegas congênitas) que utilizará das demais potencialidades de seu corpo para transitar e interagir com o mundo2.

É nessa perspectiva que busco entender a não-vidência e conjugá-la com questões de gênero e transexualidade. Contraponto à noção do corpo como instrumental à mente, a corporalidade "cega" nos aponta uma relação direta com o mundo em suas diversas formas de exploração deste:

> "Para se compreender a relação com o espaço para além do olhar, o sentido da distância, foi preciso primeiro uma atenção ao corpo como locus de um ser no mundo, e as possibilidades de apreensão desse mundo, do espaço em torno, a partir de uma não visualidade. Os sons, os cheiros, os movimentos, a distância percorrida, o deslocamento e a temperatura do ar, a conformação de mapas, entram em cena para participar da configuração desse espaço" (WEID, 2011, p. 20).

Deixo claro que o quadro social de adversidade às configurações sócio-corporais que delineei neste artigo é uma visão, um discurso que identifico ao meu redor (me apoiando na literatura disponível de outras pessoas com pontos similares) e de maneira alguma exclui a possibilidade de diversos entendimentos de mundo possíveis, principalmente porque minhas

[2] Apesar de haver uma hierarquia sensorial que define os sentidos que podem ser utilizados com pouco ou nenhum constrangimento social. Sobre isso, ver a discussão de Deshen (1992) em sua etnografia sobre pessoas cegas em Israel e a ambivalência de criar restrições à sentidos que são imprescindíveis às pessoas cegas para explorar o ambiente.

enunciações derivam de minha vivência enquanto pessoa vidente (e tantos demais marcadores). Apesar da estruturação vidente do espaço, as vivências não-videntes existem e interagem através de seus deslocamentos no mundo, independente das restrições. Isto existe tanto para as pessoas transexuais quanto as não-videntes[3]. Os valores sociais de gênero são transmitidos de diversas formas em nossa sociedade, desde o condicionamento corporal até o controle das emoções de acordo com um viés sexualizado de repetição:

> "In what senses, then, is gender an act? As in other ritual social dramas, the action of gender requires a performance that is *repeated*. This repetition is at once a reenactment and re-experiencing of a set of meanings already socially established; and it is the mundane and ritualized form of their legitimation." (Butler, 2006:191)

Dado o fato de que a sociedade é estruturada visualmente, estas repetições tem sua recepção na imagem visual e assim geram seu impacto semiótico onde a imagem é associada à pré-concepções já discutidas acima, sobre o gênero e qual o seu corpo adequado. Na falta da apreensão visual desta sociabilidade generificada, as pessoas cegas mobilizam outros sentidos que lhes permitem um acesso diferenciado do visual. É neste choque entre a intenção visual e a recepção sensorial não-vidente que exploro as questões de gênero e transexualidade. Apresento a não-vidência, entendida como forma legítima de explorar o mundo, como uma abordagem para repensarmos o gênero. Não há como eu afirmar sobre o impacto que a não-vidência poderia causar em nosso sistema de gênero já que, tal como a transexualidade e as performances de gênero socialmente dissidentes, a própria não-vidência é estigmatizada, patologizada e descreditada. Mas como exercício teórico, acredito que possa gerar reflexões interessantes.

(In)conclusões

"Sugiro que a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero" (Bento, 2008:18). A autora vê na transexualidade uma experiência que contradiz as normas de gênero arbitrárias em nossa sociedade. Estas normas, como discutimos acima, tem um viés visual em grande parte de sua existência e agem como signos (em grande parte físicos) que pré-conceituam as nossas percepções. A legitimidade do olhar é praticamente inegável (tanto que "só acreditamos vendo") e se ele é legítimo, em algum momento foi estabelecido como tal e assim o mantemos. Este processo de incorporação e habituação de uma epistemologia vidente e

[3] Apesar da educação social vidente e do sistema sexo-gênero buscar introjetar seus pressupostos, não consegue ser absoluta pois: "Na passagem das gerações humanas, a contribuição de cada uma para a cognoscibilidade da seguinte não se dá pela entrega de um corpo de informação desincorporada e contexto-independente, mas pela criação, através de suas atividades, de contextos ambientais dentro dos quais as sucessoras desenvolvem suas próprias habilidades incorporadas de percepção e ação." (INGOLD, 2010, p. 21).

generificada se mantém justamente pela deslegitimação de demais formas de conhecimento que não aquela relegada simbólica e politicamente como "correta". Para Bourdieu (2009), este processo pode ser entendido pela noção de *habitus*:

> "[...] o *habitus* tende a garantir a sua própria constância e sua própria defesa contra a mudança mediante a seleção que ele opera entre as informações novas, rejeitando, em caso de exposição fortuita ou forçada, as informações capazes de questionar a informação acumulada, e principalmente, desfavorecendo a exposição a tais informações." (Bourdieu, 2009, p. 100)

A não-vidência não é negada porém também não é legitimada já que a sociedade a pensa pela falta, é encaixada como doença, justamente para não causar impacto e correr o risco de provocar uma revisão dos conceitos videntes. Tal como a transexualidade, a adequação do gênero ao corpo biológico é visto como sinal de saúde, assim como um corpo que 'enxerga' visualmente também é um corpo saudável. Na descontinuidade entre sexo-gênero, a patologia age como marcador. A noção de *habitus* em Bourdieu se conjuga com a materialização do gênero em Butler, já que ambos agem pela ação do tempo e do reforço sistemático destes signos visuais de identificação do gênero nos corpos socialmente e visualmente percebidos no espaço-tempo: "What I would propose in place of these conceptions of construction is a return to the notion of matter, not as site or surface, but as a process of materialization that stabilizes over time to produce the effect of boundary, fixity, and surface we call matter." (Butler,1993:9). E ela continua arguindo que, ser material é se materializar, "[…] the principle of that materialization is precisely what "matters" about that the body, it's very intelligibility." (Butler, 1993:32). Esta inteligibilidade se dá através de um estilo composto por gestos, olhares, objetos ornados, sinais exteriores no geral. Bento (2008:43), vê estes sinais como "[...] sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo.". Estes sinais não são somente reconhecidos mas re-atualizados pelo olhar já que

> "A interpretação da coisa, a denominação do objeto, se dá junto com sua percepção e, como mostram pesquisas específicas, a própria percepção de aspectos objetivos isolados desse objeto depende do sentido, do significado que acompanha a percepção." (Vigotski, 1998:16)

O olhar não só reconhece, mas estabiliza as percepções e, no caso da percepção de gênero, serve como ponte para ligar o que se vê ao que se aprendeu, no caso, ao que é 'ser mulher' ou 'ser homem'. Por vivermos em um contexto binário de relações de gênero, o que há no meio destes polos imaginários não estão em nossa consideração e, portanto, ou não compreendemos ou estigmatizamos. Tal como as normas de gênero, apesar de buscarem ser introjetadas e legitimadas, a visão também pode ser explorada em suas fragilidades para mostrar como as hegemonias não são

monolíticas. Para Anderson e Gerhardstein (2010), a questão da aparência física tem recebido pouca atenção no estudo das atitudes das pessoas em relação à transexualidade e acreditam que a aparência física, principalmente do rosto, é um fator que categoriza fortemente as pessoas. Porém, esta aparência física, como já dita, é externa e diz respeito a uma série de códigos e signos estabelecidos (como roupas específicas que só podem ser usadas por um gênero, objetos, etc) e isto abre margem para manipulação consciente das pessoas que querem incorporar um gênero que não diz respeito ao que socialmente se estabeleceu no nascimento. Para Scully (2010:31), algumas pessoas podem manipular estes signos de forma a criar uma estratégia de performance que irá fazer com que as demais pessoas acreditem no que está se buscando incorporar, e isto é feito para atingir objetivos específicos. Na discussão proposta aqui, o objetivo seria 'ser' o gênero desejado, tal como no estudo de Fleming et al (1982:462), onde a auto-estima de homens que não realizaram a cirurgia de neofalo não se abalou e se sentem bem em seus corpos pois vivem relações heterossexuais e se sentem aceitos enquanto 'homens' em suas vidas societais. Se utilizavam de códigos estabelecidos como 'masculinos' e os incorporavam em suas performances. Enquanto signo, físico e/ou simbólico, o 'falo' pôde ser escondido e tanto as normas de gênero quanto da vidência foram manipuladas, mostrando quão frágil são as construções sociais de ambas[4].

Se, como discutimos, o impacto do olhar influencia na imagem social justamente pela sobrevalorização deste olhar, é possível imaginar, num sentido das possibilidades de performances dissidente de Butler (2006:192), como agiríamos numa sociedade onde julgaríamos menos pelo olhar e mais pela empatia? Antes de pré-julgarmos visualmente, antes de olharmos algo e acionarmos nosso arcabouço de significados (tendo em mente que é um arcabouço conceitual e, principalmente por vivermos em contextos sociais de diversidade, nem sempre encontra pontos de confluência com o arcabouço das demais pessoas), poderíamos nos dar o benefício da dúvida e realmente estabelecer contatos e relações sociais pautadas no processo (sempre demorado e as vezes conflituoso) de conhecermos as pessoas pelo que elas pensam de si mesmas, e não o contrário. Para Bento:

> "Quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, e se põe em xeque o olhar que analisa os deslocamentos identitários enquanto sintomas de

[4] Sobre a questão da vidência, Vigotski (Ibid:17-18) fala da ilusões da percepção visual e como cegos e videntes as vezes são enganados por conceitos relacionados a massa e tamanho. Pressupomos que devido ao tamanho de um objeto, maior em relação a um menor, obviamente o maior terá uma massa superior ao menor, será mais pesado. Definindo o que significa "massa", "peso", "tamanho", fazemos co-relações entre eles. Estas são observações videntes e mesmo tocando os objetos, já temos pré-concepções de como este objeto deverá pesar baseado em nossa percepção visual deste. Isto é algo que nem sempre ocorre, pois nem visualmente nem tateando somos capazes de discernir sempre qual é o tipo de material em investigação. A visão já define de antemão nossa relação com o objeto e até mesmo define seus atributos táteis.

> identidades pervertidas, transtornadas e psicóticas, outros níveis constitutivos da identidade também se liberam, podem transitar e avançar, invadir o centro, para comporem arranjos múltiplos fora do referente binário dos corpos; e todo poder da força regulatória da lei ou norma de gênero pode, potencialmente, ser questionada." (2008:54)

Talvez precisemos relativizar o próprio 'olhar', colocar em xeque o fato de acharmos que é visualmente que as coisas se 'revelam' (se é que algum dia estavam escondidas). A sobrevalorização do olhar é tão pré-conceitual e determinista (portanto, sujeito à falhas já que a diversidade e as identidades se atualizam constantemente enquanto o determinismo se estagna) quanto as normas de gênero são essencialistas. A transfobia existe e se mantém também pela visualidade já que os atributos de gênero não podem ser inteligíveis para as pessoas se não conjugados a um corpo 'legítimo' de carregá-los enquanto signos de uma essência humana sexualizada. Precisam remeter a um conhecimento prévio que, verificável e legitimado pelo olhar, tem sua aceitação ou repúdio social. Porém, como diz Bavcar (1995:21), o "verbo é cego", ele apenas nos esboça um princípio de imagem. A imagem é uma ilusão sustentada por categorias invisíveis, elas dão o tom prévio da relação que estabeleceremos com os fenômenos. Bavcar não está, assim, negando a agência da visualidade e do físico sobre nossa vida[5], apenas apontando que a interpretação é uma estrutura que torna as coisas 'inteligíveis' para nós. O gênero é uma narrativa social e a visão é apenas uma das formas com que ele se torna inteligível. Mas infelizmente vivemos em um quadro social que pré-estabelece a forma com que a experiência do gênero deve ser vivida e, ao se verificar alguma incongruência com os postulados arbitrários estabelecidos, surgem constrangimentos (físicos e simbólicos) a pessoas que se mostram fora desta margem de permissividade social. A não-vidência, por não unilateralizar a experiência social ao visual, permite maior diálogo:

> "O perceber, dentro do não-ver, exige, pois, um exercício de mergulho na realidade tátil, pela via da educação, da arte, da psicologia, da cultura, a fim de que se estabeleça a premissa da colaboração, da dialogicidade, da confluência entre os sentidos humanos, para que, então, a lenda pessoal de uma criança cega possa ganhar cada vez mais o enxerto da experiência, da realidade." (Belarmino, 2009:184)

Acredito que em uma epistemologia não-vidente, há maior autonomia das pessoas trans para se afirmarem em suas identidades, seja para oscilarem ou transitarem entre os polos ou não se adequarem a nenhum e criarem suas próprias confluências de gênero. O julgamento visual de pessoas trans, principalmente do rosto, é feito para que possamos dar congruência ao que se vê com o que se imagina que alguém deve ser, de acordo com normas de gênero pré-estabelecidas. Isto pauta nossas relações com estas pessoas (Gerhardstein; Anderson, 2010:370). A não-vidência não

[5] Sobre o impacto da visualidade em pessoas trans, ver Alessandra (2013).

mobilizaria o aparato visual para julgar alguém e acessar estes pré-conceitos generificantes. Deixo claro que os demais sentidos como tato, olfato, audição, etc. podem agir para gerar este constrangimento, mas isto ocorre justamente pelo fato de que os demais sentidos estão também conjugados à visualidade (como por exemplo no experimento de Vigotski discutido acima, onde a visão e pré-concepção de que um objeto específico "aparenta" ser constituído de um material peculiar). Relegar agência ao conhecimento não-vidente de mundo e não patologizá-lo, tal como fazemos com as identidades trans, é dar espaço para perceber o mundo e viver o gênero de forma mais livre e menos repressora.

Referências

FOUCAULT, Michel. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1990.

BAVCAR, Evgen. *A luz e o cego*. In: Instituto Benjamin Constant/MEC. Centro de Pesquisa, Documentação e Informação – v.1, n.1. 1995, pp. 21-23. Disponível em: versão impressa.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade.* São Paulo: Brasiliense, 2008.

BELARMINO, Joana de Souza. *O que percebemos quando não vemos?* Fractal: Revista de Psicologia, vol. 21, no. 1, 2009, p. 179-184. Disponível em: <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/176> Acesso em: 02/03/2013.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petropólis, RJ. Vozes, 2009.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.* Routledge, 2006.

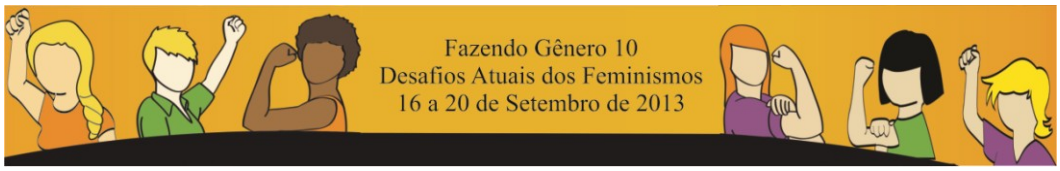
DINIZ ,Debora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

FLEMING, Michael et al. *The Body Image of the Postoperative Female-to-Male Transsexual*. Journal of Consulting and Clinical Psychology, Vol. 50, No. 3, 1982, pp. 461-462. Disponível em: < http://psycnet.apa.org/index.cfm?fa=buy.optionToBuy&id=1982-26413-001> Acesso em: 20/05/2013

Gerhardstein, K. R., & Anderson, V. N. *There's more than meets the eye: Facial appearance and evaluations of transsexual people*. *Sex Roles, vol. 62, n.* 5-6, 2010, pp. 361-373. Disponível em: < http://www.researchgate.net/publication/225138858_Theres_More_Than_Meets_the_Eye_Facial_Appearance_and_Evaluations_of_Transsexual_People> Acesso em: 14/02/2013.

INGOLD, Timothy. *Da transmissão de representações à educação da atenção*. Educação, Porto Alegre, vol. 33, no. 1, 2010, pp. 6-25. Disponível em: < http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/6777> Acesso em: 02/04/2013



LAURETIS, Teresa de. *Technologies of Gender. Essays on Theory, Film and Fiction.* London: Macmillan Press, 1989..

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Petropólis, RJ: Vozes, 2011.

LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petropólis, RJ: Vozes, 2011b.

LEMMA, Alessandra. *The body one has and the body one is: understanding the transsexual's need to be seen*. Int. J Psychoanal, 94, 2013, pp. 244-292. Disponível em: < http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23560903> Acesso em: 10/04/2013

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MONBECK, Michael. *Meaning of Blindness: Attitudes Toward Blindness and Blind People*. Indiana University Press, 1974.

OLIVEIRA, J. V. G. Arte e visualidade: A questão da cegueira. In: Revista Benjamin Constant, n. 10. Rio de Janeiro: IBCENTRO, 1998, v. 1, p. 7-10.

SCULLY, Jackie Leach. *Hidden labor: disabled/nodisabled encounters, agency, and autonomy*. International Journal of Feminist Approaches to Bioethics, Vol. 3, n. 2, 2010, pp. 25-42. Disponível em: http://www.jstor.org/discover/10.2979/FAB.2010.3.2.25?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102511168267. Acesso em: 03/04/2013

VIGOTSKI, Lev. *O desenvolvimento psicológico na infância*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WEID, Olivia Von der. *"A cidade imaginada":* o Rio de Janeiro na percepção de pessoas cegas 2011. 21 páginas. Antropologia. UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/view/181

Sightless and transsexuality: transversal questions.

Abstract: Reflecting upon the sightless body and it's livings in the world, I discuss some gender and transsexuality questions applied to a notion of identifications and visual potencialities. If gender has a performatic construction that is also visual, how does blind people operate its perception and what does that can tell us about gender binarisms and combinations?

Keywords: sightless; gender; transsexuality.